

No futuro são precisas reformas mas a receita varia

Análise. Tese de que o Estado social precisa de ser reformado é quase unânime, embora haja quem negue a existência de uma fatalidade demográfica. A dúvida é o caminho: maior fechamento ou abertura à iniciativa privada?

RUI MARQUES SIMÕES

Qual o futuro do Estado social? “A discussão é entre um Estado universalista ou assistencialista”, como diz Pedro Hespanha, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É essa a bifurcação de caminhos diante da qual se está nesta altura. Uma coisa é certa: entre ministros e ex-ministros, economistas, sociólogos e histórias, todos (ou quase todos) acham que tem de haver reformas. Mas a receita varia.

Que Estado social podemos, devemos ou queremos ter é uma velha querela ideológica. Em Portugal, o debate ganhou atualidade nos últimos anos (e ainda mais nos últimos dias, com a hipótese de o regime de pensões passar a depender da evolução económica e demográfica do País já em 2015). O guião da reforma do Estado e o relatório do FMI sobre o mesmo tema (apresentados em 2013) centravam-se nas ideias de mais equidade e eficiência, com objetivos melhorados e gastos reduzidos, propondo mexidas nas pensões, prestações sociais, saúde e educação.

“Não é o cidadão que deve suportar os custos exagerados do Estado, é o Estado que tem de se conter e ser financiado por uma carga fiscal mais moderada”, dizia o roteiro proposto pelo vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, com sugestões de maior abertura a privados na saúde, educação,

solidariedade social. Ora, será este o caminho a seguir? A resposta depende, consoante venha da esquerda ou da direita.

Pedro Hespanha vê “um Estado social ameaçado” por causa dos cortes dos últimos anos: “A sua sustentabilidade depende da economia e da confiança no sistema”, que está abalada. “O risco de desigualdade e quebra da coesão são elevados. Isto é uma bomba-relógio. A classe média está muito escaldada. Há que voltar às coisas mais básicas do Estado social. É preciso que haja igualdade efetiva e justiça social”, aponta o investigador universitário.

Já António Bagão Félix, antigo ministro da Segurança Social (2002-2004), propõe uma “nova moldura de contrato social, não apenas tornando-o mais eficiente e mais ético, reprimindo abusos e desperdícios, como igualmente promovendo uma mais sólida cultura de partilha de riscos. Um contrato que preserve o alicerce público, mas que não iluda as pessoas com um Estado totalizante, na saúde, nas pensões, na educação”.

Essa reforma do sistema passaria pelo “aprofundamento da complementaridade e partilha: de riscos, de instituições e atores sociais, de métodos financeiros na gestão de poupanças, de prevenção”, explica Bagão Félix. E é nesse espírito de partilha e parceria que encaixa a visão futura do ministro da Solidarieda-

“Envelhecimento é o maior desafio das próximas décadas”



de, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares. Salientando que “é preciso fazer reformas para garantir a sustentabilidade do Estado social em Portugal”, o governante estende a mão às “instituições da economia social e solidária que ajudam constantemente o Estado a cumprir as suas obrigações do ponto de vista social”. “É fundamental garantir a sustentabilidade dessa rede, que dá uma resposta social muito importante em Portugal”, realça.

Essa perspetiva “assistencialista” e de associação ao privado é o que a esquerda mais renega como solução para o futuro do Estado social. Para Raquel Varela, investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e autora do livro *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*, é precisa uma reforma sim, mas “para pôr fim a uma série de gastos do Estado com o sector privado”. “Tem de ser feito um

levantamento rigoroso daquilo que são gastos com o Estado social e diferenciar isso daquilo que é o seu uso ilegítimo para beneficiar empresas cujo objetivo é obter lucros e não prestar serviços. O Estado social

é, imaginemos, uma aldeia comunitária para onde todos dão uma parte do seu trigo (impostos). Há um dia em que algumas pessoas da aldeia assaltam o celeiro e põem-se à janela a vender o trigo a quem o tinha dado. É isso que se está a passar. O Estado social é por inerência não mercantil e só assim sobreviverá”, argumenta.

Jorge Bravo, professor da Universidade de Évora e especialista em sistemas de pensões, também acha que “vai ser muito difícil manter o Estado social como o conhecemos hoje” e que, no futuro, terá de ser “mais seletivo e não tão abrangente, tão generoso”. “Deve haver uma focalização, garantindo o acesso a saúde, educação e proteção social, mas dando mais liberdade do lado da escolha”, sugere.

O principal problema será garantir a sustentabilidade dos regimes de pensões. “O envelhecimento é o maior desafio das próximas décadas e não se reverte rapidamente”, nota Jorge Bravo, propondo “uma diversificação do sistema de pensões”. “Seria aconselhável uma componente integrada que pudesse complementar a pensão pública. A poupança real dependeria de riscos de natureza financeira [seguros, títulos de dívida, por exemplo]”, explica.